

**CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E  
APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA MATERNA: UM OLHAR SOBRE OS  
MATERIAIS DIDÁTICOS TRABALHADOS POR PROFESSORES  
ALFABETIZADORES DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA-SP**

**CONCEPTIONS ABOUT THE PROCESS OF TEACHING LITERACY AND  
APPROPRIATION OF THE MOTHER TONGUE: A LOOK ABOUT THE  
DIDACTIC MATERIALS FOR LITERACY TEACHERS WORKED IN THE  
MUNICIPALITY OF PIRASSUNUNGA, SÃO PAULO**

Mariélen Aparecida Rocha Del Bel\*  
Poliana Bruno Zuin\*\*

**RESUMO**

O presente artigo busca compreender os processos de alfabetização e a apropriação da língua materna por meio de atividades lúdicas, uma vez que as crianças iniciam esse processo com seis anos quando ingressam no ensino fundamental de nove anos. Par tal compreensão buscou-se analisar como o material didático adotado pela prefeitura municipal de Pirassununga-SP aborda o lúdico em suas propostas, bem como a visão, concepções e formação dos professores acerca da temática e do material. Para essa análise foi escolhida autores que se fundamentam no materialismo histórico e dialético, cujos principais representantes são Bakhtin (1995), Vygotsky (1991) e Freire (1989, 1996). A escolha desses teóricos para compor a revisão da literatura se deu pelo fato de abordarem o processo de apropriação da escrita como fundamental para a interação social devendo esse acontecer por meio de atividades lúdicas. Além disso, o artigo direciona um olhar para a formação dos professores, pois os resultados apontaram que é o trabalho docente que determina a presença do lúdico durante o processo de alfabetização. As temáticas abordadas ao longo da pesquisa se fazem relevantes para a área da educação, uma vez que os livros didáticos e a formação do professor alfabetizador estão diretamente interligados no processo de alfabetização e letramento do sujeito, assim o presente trabalho contribui para a compreensão desse processo.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Letramento. Ensino Fundamental. Formação do sujeito. Material didático.

**ABSTRACT**

This article seeks to understand the processes of teaching literacy and appropriation of the mother tongue through ludic activities, since children start this process six years old when they enter elementary school for nine years. Couple this understanding we sought to analyze how didactic materials adopted by the municipality of Pirassununga-SP addresses the lucidity proposals, as well as the vision, conceptions and training of teachers on the theme and material. For that analysis was chosen pedagogical, materialism historical dialogical approach that Bakhtin (1995), Vygotsky (1991) and

---

\* Aluna de Graduação do Curso de Pedagogia da FATECE. Bolsista de Iniciação Científica com bolsa de fomento da própria Instituição. [marielendelbel@hotmail.com](mailto:marielendelbel@hotmail.com)

\*\* Orientadora da Pesquisa de Iniciação Científica. PPGL-UFSCar-CAPES. [polianazuin@hotmail.com](mailto:polianazuin@hotmail.com)

Freire (1989, 1996) offer and we used as theoretical framework for this article literature review by addressing the process of appropriation of writing as essential for social interaction which must occur through lucid activities. Furthermore, the article directs a look at the training of teachers, as the research concludes that job of teachers to determine the presence of lucidity during the process of language acquisition. The themes throughout the research themes are relevant to the field of education, since the didactic textbooks and literacy teachers education are directly interconnected in the process of literacy of the subject, in this way this paper contributed to the understanding of this process.

**Keywords:** Literacy teaching. Literacy. Elementary education. Education of the subject. Didactic material.

## **Introdução**

A ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos fez com que o processo de alfabetização se iniciasse mais cedo, uma vez que a criança com seis anos já deve estar no primeiro ano do ensino fundamental. Todavia, autores que se debruçam na temática alfabetização e desenvolvimento infantil atentam para a importância das atividades lúdicas nesse período.

As propostas pedagógicas [...] devem promover em suas práticas de educação e cuidados a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível. Dessa forma, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo [...] (BRASIL, 2004, p. 15).

As orientações do Ministério da Educação e Cultura – MEC apontam que o primeiro ano é a transição da educação infantil para o ensino fundamental, assim as mudanças de conteúdos não devem acontecer de maneira brusca e as atividades lúdicas devem fazer parte do cotidiano escolar, pois o desenvolvimento integral da criança deve ser primordial em qualquer faixa etária devendo o professor considerar as atividades lúdicas como parte do processo de alfabetização e letramento. Mas será que o trabalho desenvolvido no primeiro ano tem considerado esses aspectos como relevantes? Será que os livros estão abordando os desenvolvimentos afetivos, emocionais, considerando o lúdico como parte importante nessa aprendizagem?

Tendo em vista essas questões, o presente estudo é uma análise do material didático utilizado no primeiro ano do ensino fundamental do município de Pirassununga-SP, visando observar como esse material aborda o lúdico e como o professor alfabetizador concebe o processo de alfabetização, considerando que o livro

didático é uma ferramenta fundamental que norteia o trabalho desse professor em sala de aula. De acordo com Rojo (2005, p. 3), “os materiais didáticos, se bem escolhidos e usados, se de qualidade e adequados ao planejamento do professor, são grandes instrumentos de apoio no processo de ensino-aprendizagem”.

Dessa forma, a escolha do material implica diretamente no desenvolvimento da criança, uma vez que o livro contribui para a apropriação da escrita que auxilia na inserção do sujeito no mundo e é por meio dela que se é possível deixar nossas marcas no mundo, como bem salientou Freire (2008, p. 55): “é neste sentido que o registro amplia a memória e historiciza o processo em seus momentos e movimentos na conquista do produto de um grupo”. Em uma perspectiva materialista-histórica-dialética, esses registros, que se dão por meio da escrita, são de fundamental importância para a construção do sujeito, permitindo uma reflexão futura a partir dos registros já realizados.

Considerando que a criança vive em um mundo letrado ela chega à escola com uma bagagem adquirida no meio social em que vive e que faz uso da escrita, assim cabe à escola dar continuidade nesse processo de aquisição da linguagem escrita e outras linguagens que são facilitadoras no convívio social, por isso se faz necessário voltar um olhar para a escolha do material didático e para a formação dos professores, pois são dois fatores determinantes da alfabetização significativa para os sujeitos tornando-os ativos críticos e capazes de refletir diante da sociedade.

Além disso, cabe ainda, destacar que é importante compreender como se dá o processo de escolha e distribuição dos livros, pois há grande investimento financeiro nesse material que compõe o processo de aquisição da língua materna. Diante do exposto, buscar-se-á apresentar alguns conceitos relevantes no processo de alfabetização por meio de uma breve discussão sobre a apropriação da escrita e a importância do lúdico. Em seguida, será realizada uma apresentação da relevância do livro didático como ferramenta no processo de alfabetização e da formação do professor alfabetizador. Por fim, os resultados e apontamentos da pesquisa realizada a campo junto a uma professora alfabetizadora.

### **O processo de apropriação da escrita e a importância do lúdico**

Apropriar-se da escrita é muito mais que aprender a desenhar e a decifrar as letras, vai além de saber formar palavras e realizar uma leitura mecânica sem uma real

inferência com aquilo que se está lendo. De acordo com Vygotsky (1991, p. 119), “ensina-se as crianças a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita”. A alfabetização não se dá por uma capacidade motora de escrever e/ou ler, deve ser um processo que envolva sentidos de dentro pra fora e não simplesmente uma coordenação treinada e adquirida pelo aluno por meio da intervenção do professor, não basta que o professor ensine mecanicamente, a leitura deve ser carregada de criticidade, inferência e o aluno deve saber relacionar o que está lendo com o contexto em que está inserido. Para Freire (1996, p. 27), “não se lê criticamente como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadoria por atacado”, de nada adianta ler muitos livros e não saber relacioná-los com a realidade em que se vive, de nada adianta colecionar obras lidas se estas não serviram para o crescimento ou para formação do sujeito. O ensino da leitura não deve ser um ensino para memorizar o que se lê, mas um ensino que possibilite essa relação com a historicidade do sujeito para que ele possa agregar sentidos ao texto e então haver uma reflexão e uma verdadeira contribuição da leitura para o sujeito.

O processo de alfabetização e letramento pode ser considerado um processo permanente, segundo Soares (2011, p. 15),

Tem-se tentado, ultimamente, atribuir um significado demasiado abrangente à alfabetização, considerando-a um processo permanente, que se estenderia por toda a vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita. É verdade que, de certa forma, a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de *aquisição* da língua (oral e escrita) de um processo de *desenvolvimento* da língua (oral e escrita); este último é que, sem dúvida, nunca é interrompido.

A aquisição da língua materna pode ser um processo finito, porém o desenvolvimento, o enriquecimento da língua é um processo interminável, pois como ser inacabado, a todo tempo o sujeito se transforma e nessas transformações ocorrem o desenvolvimento, a aprendizagem e o enriquecimento do vocabulário.

Pode-se considerar que a alfabetização tem que levar o sujeito a não apenas escrever e ler, mas também a se expressar por meio da escrita e a compreender o que está lendo. A aquisição da linguagem deve ser carregada de significados e sentidos sempre permeada pela mediação e interação social. Para Zuin (2009, p. 34), “o significado é compreendido como a generalização que permite ao homem conhecer o outro, já o sentido se liga ao contexto vivenciado”. Diante disso, é possível afirmar que

o significado da palavra é social, é como o sujeito identifica o objeto e o outro, enquanto o sentido da palavra é individual e depende do contexto para se agregar valores e interpretações.

Cada criança em particular já vai para a escola com uma história e um saber, muitas vezes adquirido pelo senso comum, sobre a linguagem escrita, e essa bagagem pode ser relevante na continuação desse desenvolvimento que se dá a cada dia na vida do sujeito. Segundo Luria (1988 apud REYES et al., 2010, p. 47),

[...] quando as crianças entram na escola já dominam técnicas que preparam para a escrita, o que ele chama de pré-história individual. Entender essa pré-história significa um instrumento importante para os professores, ou seja, conhecer o que as crianças já sabem e assim possibilitar diferentes meios para que se desenvolva o que elas ainda não sabem, conforme demonstramos ao discutir os níveis de desenvolvimento real e potencial.

Dessa forma, considerar a bagagem histórica e o cotidiano dos alunos permite um trabalho eficaz e uma aprendizagem mais significativa para o professor e para os alunos norteando, ainda, os planejamentos das aulas a partir do que os alunos já sabem. De acordo com Luria (1988 apud REYES et al., 2010, p. 47), para atingir a etapa alfabética as crianças passam por fases/estágios que começam com traços até atingir o desenho das letras por completo:

[...] realizou experimentos para descrever tais estágios de desenvolvimento da escrita, e apresenta uma maneira que se traduz em uma diferenciação dos símbolos. Os estágios da aquisição da escrita que Luria (1988) descreve são apresentados em quatro etapas: fase pré-instrumental, fase-topográfica, fase pictográfica e a fase simbólica.

Para o autor, a aquisição da escrita é um processo que se dá por meio de evoluções do desenho, então no primeiro ano do ensino fundamental o desenho deve, ainda, fazer parte das atividades como meio da criança se expressar considerando essas evoluções para o desenho das letras.

De acordo com Vygotsky (1991, p. 121), a linguagem escrita é um simbolismo de segunda ordem, pois para atingir esse a criança passa pelo simbolismo de primeira ordem que são o gesto, o brinquedo, o desenho e a fala. A apropriação da escrita é um processo que emana do “gesto, o signo visual inicial que contém a futura escrita da criança, assim como uma semente contém um futuro carvalho”. As atividades lúdicas são de fundamental importância nesse processo, pois por meio dos jogos, brincadeiras e brinquedos as crianças vão dando sentido ao enredo e a aprendizagem pode ser fixada

por meio dos sentidos que a atividade lhes proporcionou contato. Ainda para Vygotsky (1991, p. 113), “através do brinquedo, a criança atinge uma definição funcional de conceitos ou de objetos, e as palavras passam a se tornar parte de algo concreto”. Por meio do brinquedo a criança, segundo Leontiev (1994, p. 130, grifo do autor), passa a praticar ações reais e sociais aproximando as brincadeiras da realidade a partir das assimilações que faz durante a atividade:

O brinquedo (como disse Gorki) é realmente ‘o caminho pelo qual as crianças compreendem o mundo em que vivem e que serão chamadas a mudar’. Dessa forma, o brinquedo não surge de uma fantasia artística, arbitrariamente construída no mundo imaginário da brincadeira infantil; a própria fantasia da criança é necessária engendrada pelo jogo, surgindo precisamente neste caminho, pelo qual a criança penetra a realidade.

Concordando com os autores, as atividades lúdicas permitem às crianças descobrirem as relações existentes entre os homens, proporcionando o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, a brincadeira deve estar presente no planejamento do primeiro ano do ensino fundamental, pois por meio dela a criança é capaz de agregar valores e sentidos ao conteúdo que o professor propõe a ensinar, pois a capacidade de assimilação durante as brincadeiras se dá de forma mais eficaz. Além disso, por meio do lúdico as crianças se arriscam mais e podem se colocar em situações que normalmente não vivenciam. Para Kishimoto (1998, p. 140 apud CORDAZZO; VIEIRA, 2007, p. 97), “a conduta lúdica oferece oportunidades para experimentar comportamento que, em situações normais, jamais seriam tentados pelo medo do erro ou punição”.

### **O livro didático como ferramenta no processo de alfabetização**

De acordo com Zuin (2009, p. 35), no processo de alfabetização é possível compreender o uso da linguagem, pois:

[...] é por meio da linguagem que conseguimos pensar e tomar conhecimento sobre a história da humanidade, por meio dela o homem pôde expressar os seus pensamentos, interagirem uns com os outros, criando assim a cultura.

Dessa forma, a aquisição da linguagem é um processo importante na vida do sujeito e acontece não só dentro da sala de aula, mas também na vida cotidiana. De acordo com a Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa (1988, p. 12), “a linguagem não é uma atividade escolar. É uma atividade humana, histórica e social”. Nesse sentido, é preciso que o professor tenha sua prática pedagógica fundamentada

nessa concepção, contribuindo assim para a formação de sujeitos ativos historicamente e socialmente.

O documento Proposta Curricular para o Ensino da Língua Portuguesa (1988, p. 12) trouxe orientações para o ensino da língua, considerando que o professor deve sempre buscar por respostas e não recebê-las prontas para aplicar nas atividades em sala. Assim, no corpo desse documento encontra-se a seguinte descrição:

A proposta de Língua Portuguesa não deve ser lida como uma solução, um receituário ou um rol de conteúdo a ser seguido; ela pretende, antes de tudo, ser um estímulo à reflexão, visando a uma mudança de ponto de vista e de atitudes em relação à linguagem e à língua e uma consciência do papel do professor de Língua Portuguesa, para que seja capaz de adequar suas ações a esse papel.

Diante dessa descrição, é preciso compreender que não há uma fórmula pronta para se ensinar e até mesmo alfabetizar, o professor precisa estar em constante reflexão sobre sua prática, pois “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p. 39). Para essa prática bem pensada e planejada, o professor dispõe de variados recursos para desenvolver atividades e planejar suas aulas. Dessa forma, o livro didático é mais uma ferramenta auxiliadora que norteia o trabalho, assim não deve ser considerado como conteúdo pronto e acabado a ser utilizado durante o ano letivo, nem como único meio para aquisição da alfabetização.

Numa perspectiva sócio-histórica e cultural, o livro didático pode ser considerado como um instrumento que organiza os objetos de ensino considerados necessários para satisfazer as necessidades de ensino-aprendizagem (TAGLIANI, 2011, p. 137).

Concordando com a autora podemos compreender que o material didático é importante para estabelecer algumas condições e pode ser considerado como um mediador entre professor, o aluno e a aprendizagem a ser efetivada. De acordo com Rojo e Batista (2005 apud TAGLIANI, 2011, p. 139), o livro didático deve ser um “instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade”. Nesse sentido, o material didático deve ser totalmente compreendido pelo professor para que possa fazer parte do seu planejamento como uma ferramenta a ampliar a visão de mundo da criança em sua fase de alfabetização e/ou em todas as outras etapas da educação básica.

O Governo Federal dispõe de muitos programas que são responsáveis por complementar e dar subsídios à educação no país. Para a execução desses programas foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Uma “autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto–Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969” que tem como missão “prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos” (FNDE, 2013). Um dos programas de políticas públicas executado pelo FNDE é o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, responsável pela distribuição de todo material didático da educação básica brasileira, com exceção apenas da etapa da educação infantil. Além do livro didático, o programa disponibiliza às escolas obras literárias, obras complementares e dicionários, materiais indispensáveis para formação de leitores e escritores.

O PNLD é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas à rede pública de ensino, existente desde 1929, porém iniciou-se com outra nomenclatura, no entanto o objetivo sempre foi a distribuição de material didático. Com a intenção de contribuir dando “maior legitimidade ao livro didático nacional e, conseqüentemente auxiliar no aumento da sua produção” (FNDE, 2013).

Entre 1993 e 1994 foram definidos critérios de avaliação para o livro didático, sendo publicado o guia *Definição de Critérios para a Avaliação dos Livros Didáticos*<sup>1</sup>, porém não foi nesse período que se efetivou a avaliação. Foi em 1996 que se iniciou o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD. Nesse ano os livros foram avaliados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, sendo a cada ano aperfeiçoado e sua aplicação perdura até os dias atuais. “Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro Didático” (FNDE, 2013).

A partir do ano 2001 o programa passa por ampliações atingindo todas as séries e regiões do país, com livros didáticos de quase todas as disciplinas, tendo um livro didático específico de alfabetização e dicionários para os alunos. Mais tarde passou a distribuir acervos de dicionários para as escolas. Assim, em 2005 “os recursos para aquisição, distribuição e mixagem montam R\$ 44.301.055,56” (FNDE, 2013) e o número de acervos distribuídos ultrapassou a quantia de 750 mil, permitindo que muitos tenham acesso ao dicionário. Anualmente, são distribuídos milhares de livros didáticos

---

<sup>1</sup> Para informações detalhadas e acesso ao guia, há a publicação *Definição de Critérios para a Avaliação dos Livros Didáticos*: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002396.pdf>>.

e para isso há um investimento milionário do dinheiro público e, a fim de prestar contas com a população sendo transparente na distribuição e investimento, o FNDE disponibiliza tabelas que apresentam esses dados no site da fundação<sup>2</sup>.

O PNLD distribui material didático para três etapas da educação básica, ensino fundamental, ensino médio e alfabetização de jovens e adultos, além de distribuir para as escolas públicas, consideradas rurais, o PNLD campo aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. O programa passou por muitas mudanças e aperfeiçoamento e essas mudanças acompanham o avanço tecnológico, em 2012 foram publicados editais a fim de firmar parcerias para estruturar e distribuir materiais digitais nos anos seguintes. Considerando as tecnologias disponíveis, Rojo (2005, p. 3) afirma que o livro impresso não é o único meio para a aquisição de material didático,

[...] no entanto, as políticas ainda se restringem à compra e à distribuição de livros impressos, ignorando ou não admitindo outros tipos de materiais, em outros suportes e mídias. Novas tecnologias da informação e da comunicação, assim como outros materiais – jogos, equipamentos de laboratório, vídeos, áudio – fazem-se também necessários como suportes para processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade, penetrada por múltiplas linguagens, mídias e tecnologias.

Dessa forma, o PNLD tem ampliado sua concepção sobre material didático, tem avançado na distribuição e não mais se restringe apenas ao material impresso. Esse avanço pode ser visto como positivo, considerando as diferentes linguagens que os alunos tem acesso, porém mais que parceria para estruturar e distribuir esse material digital, é necessário investir na formação dos professores que usarão esse material.

Os livros inscritos para o PNLD são avaliados<sup>3</sup> pelo MEC e os selecionados passam a compor o “Guia do Livro Didático”. É por meio desse guia que os professores escolhem, porém os critérios que eles usam para essa seleção não são encontrados em nenhum outro guia, há apenas orientações, mas cada professor concebe o livro de uma maneira diferente cabendo uma investigação científica referente aos critérios e concepções que esses professores se apoiam. Para esse trabalho, tendo em vista o escasso tempo de uma iniciação científica optou-se por analisar a prática de uma professora e o seu olhar sobre o livro didático utilizado.

---

<sup>2</sup> [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)

<sup>3</sup> Avaliação feita de acordo com os critérios previamente estabelecidos no guia *Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos*, publicado em 1994.

## **A formação do professor nessa etapa de ensino**

O processo de aquisição da língua materna envolve várias temáticas relevantes a ser compreendidas, assim, além de analisar os livros didáticos e como se dá os processos de alfabetização e letramento sem perder o lúdico como ponte para um ensino significativo, é preciso identificar como se dá a formação do professor que fará uso do livro didático e será responsável pela alfabetização e letramento do sujeito. O curso de formação inicial da carreira docente “é condição necessária para o exercício docente, mas não suficiente e seu papel é fornecer as bases para construir um conhecimento pedagógico especializado que será o suporte para a atuação na profissão” (MONTEIRO, 2008, p. 1). Dessa forma, o curso inicial é apenas a base para o início da carreira de um professor, pois a profissão docente exige constante processo de formação, quebra de paradigmas e transformações.

Monteiro (2008, p. 1) afirma que “aprender a ser professor vai além de conteúdos e métodos abordados em programas de formação”, os valores construídos ao longo da vida, a postura e as relações sociais de um professor implicam diretamente no desenvolvimento do trabalho. Freire (1996, p. 28) aponta que o papel do professor não é apenas ensinar conteúdos, é preciso também ensinar a pensar certo:

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo.

Assim, durante a formação docente, o professor deve adquirir a consciência de que os sujeitos são constituídos pela história, assim como são construtores da mesma e nesse movimento dialético a interação entre sujeito e mundo se faz constante. É papel do professor mediar essa interação a fim de que os alunos possam agir com criticidade nesse movimento. Para que a construção da história do próprio sujeito aconteça, sempre há uma renovação dos conhecimentos e conceitos. Dentro desse contexto, Freire (1996, p. 28, grifo do autor) nos diz que “ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã”. O professor é parte fundamental nesse processo, por isso, “aprender a ensinar é um processo que continua ao longo da carreira docente” (ZEICHNER, 1993 apud MONTEIRO, 2008, p. 1).

Além de exigir constante estudo, atualização e formação “o ato de ensinar, aprender, construir conhecimento é movido pelo desejo e pela paixão” (FREIRE, 2008, p. 33). Assim, ser professor é manter-se em movimento levado pelo desejo que, segundo Freire (2008) é o combustível e o termômetro das ações pedagógicas, quando essa chama do desejo está baixa é preciso reacendê-la e, quando estiver alta demais é preciso reduzir, limitar a força desorganizada. Essas ações vão sendo entendidas ao longo da carreira, as experiências e reflexões são pilares importantes durante toda vida de um professor. Larrosa (2002, p. 21) afirma que a experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” e para o autor a palavra experiência tem uma dimensão de travessia e perigo e o sujeito da experiência tem um pouco de “pirata”, esse “ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião” (2002, p. 25). Assim, a experiência adquirida ao longo da carreira docente permite ao professor o enfrentamento e mudanças, a travessia de momentos perigosos, em que é preciso reflexão para que a oportunidade de mudança aconteça e essa seja significativa tanto para os alunos, quanto para o professor.

A experiência que contribui para as transformações e reflexões não é apenas a consciência de algo que aconteceu sem perpassar pelo sujeito.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p. 24).

Diante disso, podemos compreender que para que a experiência contribua para a construção da carreira docente e para as transformações é preciso que ela seja entendida como tal. Para Reali e Reyes (2009), a reflexão é um dos processos que constitui o raciocínio pedagógico, esse é constituído por seis elementos interdependentes: compreensão, transformação, instrução, avaliação, reflexão e nova compreensão. Assim, de acordo com Reali e Reyes (2009, p. 17, grifo do autor), “*reflexão* (consiste na avaliação que o professor faz de si próprio. É o processo de aprender a partir da experiência)”. Os seis elementos do raciocínio pedagógico estão interligados pela práxis reflexiva em que a ação leva à reflexão e essa leva à ação transformadora. Assim, a

reflexão sobre o fato não é possível no momento em que acontece. Por isso, o professor deve apropriar-se do hábito do registro a fim de que posteriormente possa retomar o que ocorreu e refletir sobre sua prática. Para Freire (2008, p. 48), “o ato de refletir é libertador porque instrumentaliza o educador no que ele tem de mais vital: o seu pensar”. Assim, “o registro escrito amplia a memória e historiciza o processo em seus momentos na conquista do produto de um grupo” (2008, p. 55). Permite ainda, que o professor perceba quais práticas estão sendo produtivas e o que pode ser transformado a fim de contribuir para alfabetização significativa dos alunos. Nessa etapa da alfabetização o professor não pode abolir as práticas lúdicas, então, ao registrar suas ações poderá identificar se essa abolição ocorre e poderá rever seu planejamento.

“O que diferencia o homem do animal é o exercício do registro da memória humana” (VYGOTSKY apud FREIRE, 2008, p. 54), dessa forma, a alfabetização permite o registro dessas memórias a fim de que possamos historicizar nossa passagem pelo mundo, pois “o registro é História, memória individual e coletiva eternizadas na palavra grafada” (FREIRE, 2008, p. 59). Portanto, a escrita e o registro são importantes tanto na vida do professor reflexivo, quanto na do sujeito em fase de alfabetização e letramento, haja vista que a escrita permite eternizar os momentos, bem como auxiliar as reflexões, possibilitando que o professor “não caia no praticismo nem no ‘bombeirismo<sup>4</sup> pedagógico” (2008, p. 58, grifo do autor).

A experiência e o registro são elementos fundamentais durante a carreira docente e o curso de formação inicial dá suporte para que o professor possa iniciar seu trabalho pedagógico, no entanto fica evidente que a formação inicial não tem dado conta de formar profissionais capacitados para atuar na fase de alfabetização, pois as prefeituras e governo federal oferecem curso de capacitação em alfabetização. São exemplos desses cursos o Profa (Programa de Formação de Professores Alfabetizadores), Letra e Vida e recentemente o governo federal lançou o PACTO.

O Profa foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em 2000 e iniciado em 2001, tendo parceria com secretarias e prefeituras para a prática do Programa. Essa parceria teve duração de dois anos, pois em 2002 o governo federal deixou de fazer parte do Programa e esse passou a ser desenvolvido pelas prefeituras e secretarias. O Profa tem como objetivo:

---

<sup>4</sup> Professor que se preocupa apenas em solucionar focos de conflitos, comparado ao bombeiro que apaga focos de incêndio. O professor não faz uma reflexão sobre os conflitos.

[...] a ampliação do universo de conhecimento dos professores sobre teorias de alfabetização e proveem situações de reflexão sobre sua prática profissional. O Programa visa nortear o trabalho do professor, oferecendo-lhe os fundamentos que vão da identificação da sua concepção teórica até a sugestão de mudanças na sua ação alfabetizadora (CAMPOS, 2006, p. 37).

O Programa é um curso realizado anualmente voltado para formação de professores alfabetizadores de crianças, jovens e adultos e de acordo com Campos (2006, p. 38) as atividades consistem em leituras de textos, trabalhos individuais e pessoais e em outros momentos o curso acontece:

[...] com um professor-formador especializado, com formação específica oferecida pelo MEC em parceria com as Secretarias de Educação. Das segundas turmas em diante a formação é desenvolvida por multiplicadores da própria Secretaria de Educação ou da rede de ensino estadual.

Assim como o Profa, outros programas evidenciam a baixa capacidade de formação de professores alfabetizadores que os cursos de formação inicial possuem. O Programa “Letra e Vida” é oferecido pelo governo do estado de São Paulo aos professores que atuam na alfabetização, no entanto é aberto a todos os professores que tenham interesse em aprofundar seus conhecimentos em leitura e escrita (SÃO PAULO, 2013). Os objetivos do curso são parecidos com os objetivos do Profa, pois visa melhorar os resultados da alfabetização e proporcionar formação continuada para os professores. O programa mais recente oferecido pelo governo federal é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

O Pacto é um “compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental” (BRASIL, [2012]). Esse compromisso consiste em fornecer material didático e pedagógico, formação continuada para os professores, avaliações, gestão, controle social e mobilização. O regime de colaboração entre os Entes Federados, determinado pela Constituição Federal de 1988 em seu “Art. 211 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 2004, p. 39), se faz presente nos compromissos do Pacto, em que Estados devem apoiar os municípios para a efetiva implementação do programa (BRASIL, [2012]).

Assim, os cursos oferecidos pelo governo federal, prefeituras e Estados, visam a formação continuada dos professores, bem como a efetiva alfabetização no ensino

público. Dessa forma, é possível compreender que a formação de um professor não se esgota no curso inicial, ela é um processo contínuo que se constrói ao longo da carreira por meio das experiências, registros, reflexões e cursos específicos para que a alfabetização e o letramento dos sujeitos aconteçam de maneira significativa sem abolir nenhum aspecto fundamental nessa etapa da educação básica.

Diante desse contexto, ressaltamos a importância da formação do professor alfabetizador, bem como os cursos de formação continuada que proporcionam um aprofundamento das teorias sobre alfabetização e letramento para que os professores possam melhorar suas práticas em sala de aula.

### **Metodologia da pesquisa**

A fim de atingir os objetivos traçados para essa pesquisa que consistem em: objetivos gerais: analisar como os livros Didáticos adotados pela Prefeitura Municipal de Pirassununga-SP referente ao primeiro ano do ensino fundamental de nove anos trazem o lúdico como parte do processo de alfabetização, bem como os professores compreendem o processo de alfabetização e a visão dos educadores que atuam nessa etapa de ensino sobre o material adotado e, objetivos específicos: identificar as concepções teórico e metodológicas presentes no material Didático a ser analisado; verificar se o material didático considera o lúdico e as brincadeiras no processo de apropriação da escrita; e diagnosticar a visão dos professores em relação ao material e ao processo de alfabetização, utilizou-se como método de pesquisa o materialismo histórico e dialético que procura analisar os dados em sua totalidade e esse se faz relevante nessa pesquisa por visar “a realidade unindo a teoria à prática na busca da transformação da realidade histórica” (ZUIN, 2009, p. 69). O materialismo histórico e dialético permite articular “dialeticamente os aspectos externos com os internos, considerando a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence” (FREITAS, 2002, p. 22). Com os dados coletados empregou-se a análise de conteúdos de Bardin, pois conforme a autora a criação de categorias permite ao pesquisador melhor trabalhar com tais dados.

Esse trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que procurou-se analisar a totalidade das vivências e experiências de uma professora alfabetizadora. Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas, questionários, observação “in loco” e análise documental, pois para Freitas (2002), quanto maior for o

número de instrumentos, maior será a fidedignidade da pesquisa, uma vez que o pesquisador compreenderá os fenômenos em sua totalidade indo ao encontro do método.

### **Análise dos dados**

Durante a coleta de dados foi possível analisar diferentes aspectos que envolvem o processo de alfabetização e se fazem importantes para uma aprendizagem significativa. Foi preciso compreender a visão da professora alfabetizadora sobre linguagem, alfabetização e letramento, uma vez que são aspectos indissociáveis durante a aquisição da língua materna. Para a professora, os três aspectos fazem parte do processo e um permite a extensão do outro e para isso ela trabalha com muita leitura a fim de que os alunos possam ter acesso a todos os tipos de textos e que atribuam significado ao que leem, pois para Bakhtin (1995, p. 49), “o que faz da palavra uma palavra é sua significação”.

Os métodos e a prática da professora também foram observados, bem como o ambiente da sala de aula. Com longa carreira docente a professora relatou ter passado por muitas tendências pedagógicas e encontrou dificuldades em aceitar as mudanças, mas sempre buscou por cursos que a auxiliaram a compreender novos métodos para aprimorar sua prática. Mantém um ambiente letrado com textos e alfabeto para que os alunos estejam em constante contato com a palavra. Ela mantém uma relação de amorosidade com os alunos, sempre voltada à boa formação dos mesmos, visando sujeitos críticos e ativos que são alfabetizados para saber fazer uso dessa aprendizagem, não apenas saber ler e escrever.

A professora compreende o lúdico como parte do mundo infantil e indispensável durante a aprendizagem. Atividades com jogos e brincadeiras fazem parte do seu planejamento e acredita que o livro didático é uma ferramenta importante no processo de alfabetização, porém não é a única, assim a mesma faz uso de muitas atividades extras para complementar a proposta do livro ou do currículo.

Os livros são escolhidos por todos os professores, porém depois de uma seleção a escolha é feita pela secretária da educação e uma única coleção passa a ser usada pela rede toda, assim nem sempre o livro que o professor acredita ser bom é o que irá trabalhar. Por isso, adaptações são feitas para atender às necessidades de cada realidade.

Diante disso, podemos compreender que o processo de aquisição da língua depende de vários fatores que são interligados. Posto que o livro didático seja uma ferramenta disponível ao professor, ele deve fazer uso dessa ferramenta como apoio, mas quando for necessário deve apoiar-se em outras estratégias e ferramentas sempre visando a formação de sujeitos alfabetizados e letrados. As atividades lúdicas não se apresentam de maneira constante nos livros, por isso cabe ao professor compreender sua importância e introduzi-las em seu planejamento, uma vez que são parte da construção da aprendizagem dos alunos. Assim, Alves (2001, p. 21 apud CARDOZZO; VIEIRA, 2007, p. 100) aponta que “professor bom não é aquele que dá uma aula perfeita, explicando a matéria. Professor bom é aquele que transforma a matéria em brinquedo e seduz o aluno a brincar”. Nesse sentido, o professor pode se desprender de atividades prontas e usar a criatividade para atrair os alunos ao contexto da aprendizagem.

### **Considerações Finais**

Considerando a ampliação do ensino fundamental para nove anos a pesquisa objetivou identificar as atividades lúdicas no primeiro ano, assim as observações buscaram os objetivos previamente traçados para uma pesquisa norteada pelo materialismo-histórico e dialético fundamentada na teoria histórico-cultural. Dessa forma, os objetivos foram atingidos e as observações foram ao encontro do referencial teórico permitindo uma discussão bastante dialética.

O professor alfabetizador precisa ter claro em suas ações os objetivos que pretende alcançar, como concebe a alfabetização e o letramento, a importância das atividades lúdicas e a melhor maneira de utilizar o livro didático. Muitas vezes, as ações dos professores acabam ficando engessadas com tantos guias, livros e currículos que devem seguir, no entanto cabe ao professor saber adaptar as atividades que lhes são propostas à realidade da sua sala de aula, visando sempre a formação do sujeito letrado, pois o professor é responsável pela verdadeira aprendizagem do aluno. O professor deve ter consciência que alfabetizar não é apenas ensinar a ler e escrever, o aluno precisa sair da escola, sabendo ler, escrever, inferir, se expressar, compreender, fazer uso social da escrita. Apropriar-se da língua não é um processo fácil, por isso o professor deve lançar mão de todas as estratégias que conhece e, se necessário, buscar outras, para que o aluno saia da escola dominando leitura e escrita.

O material didático que apoia o trabalho do professor deve ser bem escolhido pelos próprios docentes, uma vez que cada um concebe o processo de aprendizagem de forma particular. As orientações para essa escolha devem ser bem fundamentadas, considerando que o governo federal dispõe de um programa que distribui o livro didático que norteia o trabalho do professor.

Diante de todas as reflexões que foram possíveis durante a pesquisa, cabe ressaltar que outros questionamentos surgiram e que partindo da pesquisa relatada nesse artigo é possível dar continuidade às discussões e observações das práticas a respeito do material didático e do trabalho docente na etapa da alfabetização a fim de entender os processos que envolvem a aprendizagem das crianças para que se possa ter um processo de ensino e aprendizagem mais significativo.

### **Referências**

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 44. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

BRASIL. MEC. **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações gerais. 2004.

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

BRASIL. MEC. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. [2012].

Disponível em: <[http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto\\_livreto.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2013.

CAMPOS, Rosarlane Gláucia Mendonça. **O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA - e suas implicações pedagógicas**: concepção de alfabetização, atuação profissional e resultados obtidos. 2006. 120 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em:

<[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=282](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=282)> Acesso em: 12 maio 2013.

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 92-104, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a09.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

FNDE. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>>. Acesso em: 6 maio 2013.

FREIRE, Madalena. **Educador educa a dor**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, jul. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002)>. Acesso em: 12 maio 2013.

LARROSA, Jorge Bondía. Nota sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2013.

LEONTIEV, Aleksei Nikolaievitch. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Aleksei Nikolaievitch (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Moraes, 1994. p. 119-142.

MONTEIRO, Hilda Maria. **Aprendizagens de uma professora alfabetizadora após a formação inicial**. 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt10/t106.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; REYES, Cláudia Raimundo. **Reflexões sobre o fazer docente**. São Carlos: EdUfscar, 2009.

REYES, Cláudia Raimundo et al. Linguagem e diálogo. In: \_\_\_\_\_. PICCOLLI, Dulce Masiero. **O ensino da língua**: um processo discursivo. São Carlos: EdUfscar, 2010.

ROJO, Roxane. Materiais Didáticos: escolha e uso. **Boletim 14**, ago. 2005. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Proposta curricular para o ensino de língua portuguesa 1º grau**. 3. ed. São Paulo: SE/CENP, 1988.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://cenp.edunet.sp.gov.br/letravida/#>>. Acesso em: 12 maio 2013.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

TAGLIANI, Dulce Cassol. O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa: a produção de textos. **Revista brasileira de linguística aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 135-148, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v11n1/v11n1a08.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Psicologia e Pedagogia).

ZUIN, Poliana Bruno. **O movimento do processo de significação na criança**: uma parceria entre leitor e escritor. 2009. 231 p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.